



REFORMA DO ENSINO MÉDIO PROJETO(S) DE FORMAÇÃO DE JOVENS

Henrique Souza de Barros ¹

RESUMO

O presente artigo tem como foco de discussão a “Reforma do Ensino Médio e Projeto(s) para formação dos jovens” sendo estudadas por documentos e algumas bibliografias, nas quais visam discutir a formação do jovem dentro desse novo cenário implantado pela reforma. Os objetivos que também são abordados é em relação o processo de formação do jovem e como o governo se posiciona em relação a esta medida. No decorrer foram analisadas formas: a partir do levantamento de documentos referente a reforma que aponta idéias neoliberais que analisadas nas legislações(Medida provisória 746/2016 posteriormente convertida em na lei 13.415/2017), na própria reforma. No encaminhar são trazidos pontos negativos e positivos na reforma e algumas criticas no seu desenvolvimento como a formação técnica profissional apresentada por um grupo constituído pelos itinerários formativos incorporados ao novo currículo proposta pela a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como o passar da pesquisa foram que a reforma tem como principal meio ideais neoliberais, com isso, visto que, ela tem como um de seus principais foco suprir a demanda do mercado de trabalho. Diante desse novo contesto são abordadas reflexões sobre a medida provisória de número 746/2016 convertida posteriormente na lei de número 13.415/2017, assim reformulando o sistema educacional. A (BNCC), composta pelos itinerários formativos, a ênfase em algumas áreas do conhecimento. Nesse encaminhar buscamos trazer elementos que demonstrem o real motivo para a iniciação dessa reforma do ensino que se instala um grave ameaça a formação do aluno, visto que é preciso um novo método de reforma, porém não esta que esta a ser implantada já que é preciso se pensar e reformular alguns pontos que não estão voltados para a formação dos jovens e sim para um interesse de uma elite.

Palavras-chave: Formação de jovens, Itinerários Formativos, Reforma do ensino médio, A ênfase nas disciplinas, Ensino técnico Profissionalizante.

INTRODUÇÃO

Esse artigo foi desenvolvido a partir do projeto de pesquisa, desempenhado pelo programa institucional de bolsas de iniciação científica (Pibic) e pelo Conselho nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico (Cnpq) e orientado pela professor(a) Katharine Ninive Pinto Silva, no centro acadêmico do agreste/ universidade federal de Pernambuco (UFPE). A pesquisa tem como tema: **A reforma do ensino médio e projeto(s) para a formação dos jovens**, aonde este projeto está sendo desempenhado no edital 2018-2019, emque nesta pesquisa será analisado a medida provisória de número 746 de 2016 que

¹ Graduando do Curso de **Licenciatura em Matemática** da Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, hs3063042@gmail.com ;



posteriormente será convertida em lei de número 13.415 de 2017, além de procura entender o seu principal objetivo que é a reflexão sobre os programas/projetos para formação dos jovens brasileiros.

No encaminhar da pesquisa foram feitas análises sobre a medida provisória nº746 e a lei de nº 13.415/2017 e novo contexto do currículo formado pela Base nacional comum curricular (BNCC). Nas quais serão abordadas questões referentes aos itinerários formativos e o ensino técnico profissionalizante, em relação a esta nova configuração que os jovens enfrentarão referente a questão das disciplinas. Foram tomados como embasamento teórico Lopes e Macedo (2011), Silva e Ramos (2018), Nosella (2015) e como a **MP** nº746/2016 e a lei de nº13.415/2017. A partir dessas referências foram pesquisados os projeto (s) que retratam o papel do jovem de acordo com a nova reforma do ensino médio, aonde foi procurado a justificada para tais processos.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos pelo projeto do Programa Institucional de Bolsas de iniciação científica (PIBIC), este estudo caracteriza por uma pesquisa de cunho documental, uma vez que foram utilizados vários documentos específicos que deram origem a proposta da reforma do ensino médio, desde início da medida provisória de número 746/2016, até a sua conversão em lei para que assim possamos entender o desenvolver da nova reforma do ensino médio.

Em relação aos documentos estudados, foram abordados pontos específicos trazidos pelo plano de governo em relação ao novo modelo educacional, como por exemplo a implementação dos itinerários formativos, o aumento da carga horária, ênfase na disciplinas de Português e Matemática e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os impactos que geram para os jovens, além que foram estudadas as questões dos itinerários formativos e as abordagens das disciplinas, com isso também veio a questão da formação do jovem com a formação técnica profissionalizante voltada para mercado externo e interno. Foi pesquisado também referente às legislações, algumas normas entre outros, de acordo com as mudanças que o novo ensino médio está sendo, logo foram abordadas um pouco sobre a questão do currículo até essa nova a composição de reforma.



Provisória nº 746, de 2016	
Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio	Proposta de Base Nacional Comum para o Ensino Médio, em sintonia com a reforma do ensino médio realizada, enviada ao Conselho Nacional de Educação para análise e aprovação. Link: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf . Acesso em 06 de abril de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão do currículo e alterações das leis referente ao novo ensino médio

Historicamente o Brasil passou por uma série de longas reformas se referindo no contexto educacional, aonde pode-se levar em conta a educação jesuíta por volta do século XVI, posteriormente surgiram outras de modelos de ensino como as reformas pombalinas, elaboradas pelo Marques de pombal, cerca de 1750 a 1777, além de vários outros. Vale salientar que todo modelo de ensino é desenvolvido a partir de subestruturas que são utilizadas pelo currículo. todo processo de ensino, seja ele publico ou privado ao longo da história obteve um modelo padrão a ser seguido, chamado tecnicamente de currículo. Para Lopes e Macedo(2011) o currículo é composto por “uma grade curricular com disciplinas e cargas horárias, conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades ,ossos planos de ensino dos professores, as experiências proposta e vividas pelos alunos”(P.19), quando um desses meios são substituídos ou retirados do sistema é denominado de reforma.



No período de 2017 foi sancionado a reforma do ensino médio, a qual foi estabelecida pelo ex-presidente da República Michel Temer e o ministro da educação com aprovação da lei 13.415/2017 vigente à reforma do ensino médio integral, em trazer para escolas o estilo de ensino integral e técnico profissionalizante, com isto o governo estabeleceu um plano de meta para que as escolas daqui a 5 ou 7 anos possam passar já adquirirem o modelo adotado pela lei, para isso a Base nacional comum curricular (BNCC) terá que fórmula um novo currículo, já que a lei 13.415/2017 tem com um dos princípios a ampliação da carga horária nas escolas, a mesma também oferta para os jovens a opção de itinerários formativos, assim como a formação técnica profissionalizante. Portanto com a sua aprovação haverá uma série de mudanças como alterações em algumas leis que estão em vigor.

Altera as leis nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, e a lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, a consolidação das leis Trabalhistas – CLT, aprovada pelo decreto – lei nº5.452 de 1º de maio de 1943, e o decreto-lei nº236, de 28 de 1967; revoga a lei nº11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral (Brasil, 2017).

A lei nº13.415/2017 e uma pequena análise da medida provisória nº746/2016 do novo ensino médio em relação às futuras gerações de jovens.

Com a implementação do novo ensino médio e com a aprovação da lei de nº13.415/2017, os jovens ao longo da sua formação educacional poderão escolher uma área do conhecimento que poderão se aprofundar junto com as disciplinas obrigatórias, além de seguirem ao longo do ensino médio a formação técnica profissionalizante, caso não optem seguir a carreira acadêmica e possam engresar no mercado de trabalho, isso de acordo com itinerário formativos proposta pelo novo ensino médio. Remetendo – se ao art.36 da lei nº9.394/1996 da lei de diretrizes de base (LDB).

- I– linguagens e suas tecnologias;
- II– matemática e suas tecnologias;
- III–ciências da natureza e suas tecnologias;
- VI– ciências humanas e suas tecnologias;
- V– formação técnica e profissional (Brasil, 2017, P. 3)

Com a nova constituição do ensino médio integral, ocasionará uma série de várias mudanças nas estruturas tanto curricular quanto do próprio jovem que está inserido nela. Com



isso a formação das disciplinas anteriores sendo totalmente modificada passando de um modelo obrigatório que está constituído na grade curricular e posteriormente proporcionando ao jovem amplos campos do conhecimento, além de promover a sua criticidade através das disciplinas de filosofia, sociologia, História entre outras. A partir do novo modelo elas irão passar a ser optativas com exceção das disciplinas de matemática, português e como língua estrangeira o inglês que serão expostos na nova Base nacional comum curricular (BNCC) em 60% das disciplinas cursadas em sala e 40% será destinados aos jovens em escolha da área específica em que deseja aprofundar-se.

Podemos analisar com as “exclusões” de algumas disciplinas da grade curricular implantada no novo modelo de ensino média integral, além de atribuir mais ênfase nas matérias de matemática e português, encaminhando para uma trajetória que irá propiciar aos jovens um empobrecimento na formação crítica como um indivíduo, com isso, eles poderão ficar mais sujeitos à alienação. Tais processos o país busca com essa reforma prepara os jovens não para ter apenas uma formação, mais sim objetos que possam entrar no mercado neoliberal e posteriormente diminuir os problemas dos aspectos político-social, econômica entre outros.

Vale lembrar, em um momento anterior, aonde foi discutido sobre a educação brasileira em relação à lei de nº13.415/2017, em um ano anterior a esta lei foi desenvolvida uma medida provisória de nº746/2016, em que ela promoveu algumas mudanças na lei de DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDBEN e as alterações na lei nº11.494/2017. A medida desenvolveu uma série de várias polêmicas e protestos feitos pelos alunos, professores entre outros, pois a **MP** tem como objetivo pela ampliação da carga horária e estudos mais diversificados como também, o propósito de mudanças no currículo

Artigo. 24 Parágrafo único a carga horária mínima anual de que trará o inciso, I do caput deverá ser progressivamente ampliada, normas do respectivo sistema de ensino e de acordo com as diretrizes, os objetivos, as metas e as estratégias de implementação estabelecidos no plano nacional de educação (Brasil, 2017).

No período de 2013 foi sancionado o projeto de lei nº6.840/2013 que posteriormente daria origem à **MP** nº746, onde o PL tinha como ideal que as escolas adquirissem a obrigatoriedade do ensino de português e matemática, além disso ter como língua estrangeira o inglês propondo também a escolha para outros tipos de línguas como a língua espanhola caso a instituição de ensino obtiver local estruturado durante os três anos do ensino médio. Três



anos após o projeto e lei nº6840/13, surge a MP que retrata as mesmas ideias, porém há algumas pequenas alterações referente ao PL.

Foram feitas algumas análises sobre a medida provisória, aonde ela tem como meio de justificativa para a implementação da reforma que há uma ineficiência no sistema de educacional brasileiro que infelizmente é voltado mais para questão de resultados. Assim como mostra algumas das abordagens de Silva e Silva (2016) apud Silva e Ramos(2018):

O PMGP-ME foi criado em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), voltado para a melhoria dos indicadores educacionais do Estado. Por meio do Programa, são estipuladas metas verticalizadas para cada Escola, envolvendo a conjugação de três fatores: 1. uma avaliação própria do desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática; 2. o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE), que combinado com o fluxo escolar, define o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), ou seja, um índice pré- prio de qualidade e 3. O Bônus de Desempenho Educacional (BDE), o chamado décimo quarto salário que é destinado apenas às escolas que atingiram a partir de 50% da meta estipulada pelo PMGP-ME. Articulada a esta estratégia de bonificação, existe também uma estratégia de sanção por meio da exposição pública dos resultados e do ranqueamento das escolas (SILVA; SILVA, 2016, p. 746).

Com isso mostra o jovem em um processo oculto no currículo anterior, assim sendo algumas das justificativas para a reforma do ensino médio e um dos meios a qual o novo ensino deverá ser instalado segundo os desenvolvedores da MP nº746, seria porque também o Brasil era o uns dos países que não davam vez/voz ao jovem, dando- lhe oportunidades de escolha, com isso segundo Oliveira ,F. N (2017) em seu artigo trás:

A MP nº746/16, seguindo o PL, considera que esse novo modelo de ensino médio oferecerá além das opções de aprofundamento nas área do conhecimento, também cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional, conforme as disponibilidade de cada sistema de ensino.

O novo ensino técnico profissionalizante e a formação dos jovens

O novo modelo de reforma trás em pauta para formação do jovem, um meio para sua transformação profissional, através do ensino médio que é proposto junto a ele o ensino técnico profissionalizante que serão abordados nas escolas de tempo integral. Esses indivíduos tem como meio de escolha ou opção de ingressar no mercado de trabalho caso não



queiram optar em entrar no ensino acadêmico, além disso com a incorporação da qualificação dos jovens o país também busca suprir a demanda do mercado informal.

Antes da aprovação da reforma do ensino médio o indivíduo para conseguir o certificado de técnico na área que atua é preciso antes que ele conclua o seu 2º grau, porém com o novo plano de educação o indivíduo poderá receber seu certificado junto a conclusão do ensino médio além de ter a carga horária menor que a anterior. Com isso, os cursos técnicos gerarão oportunidades para a formação de vários jovens, já que uma grande parcela da população se encontra ou possui condições precárias além de fazer com que elas possam de certa forma alcançar a igualdade perante a reforma. Dessa maneira fazendo com que eles possuam uma formação e conseqüentemente sejam bem sucedidos.

Segundo nosella (2015) “ensino médio é a fase escolar estratégica do sistema escolar e do processo de democratização e modernização de uma nação” (P.3). Com isso podemos destacar a incorporação do ensino técnico, com ele o jovem além de ter a sua formação geral contribuirá com a sua formação técnica assim ampliando um vasto campo tanto meio específico quanto no meio teórico. De acordo com Pereira,P,A. Palmisano,A. Faria,C,A. Widmer,M,G. Gonçalves,P,A (2009). “formação técnica polivalente, aliada à formação geral, ampliará no educando a capacidade de análise, de síntese, de observação, a possibilidade de estabelecer melhores relações humanas, de adaptar-se ao mundo técnico”. Dessa maneira observe-se que os pontos abordados pela reforma do ensino médio, contribuem de maneira benéfica e maléfica para formação do jovem em plena importância, pois além de contribuir para que os indivíduos que são desfavorecidos pela sociedade brasileira possam conquistar um curso de formação e poder entrar no mercado de trabalho fazendo com que de certa forma possa diminuir com a desigualdade. Ferretti (2018) mostra que esse esquema de ensino profissionalizante inserido propicia o aceleração do curso, ou seja o indivíduo ao entrar no ensino técnico oferecido pela escola terminará o curso bem mais cedo comparado ao antigo sistema, assim mostrando este ponto negativo.

PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA NOVA REFORMA DO ENSINO

A partir de análises documentais e algumas abordagens feitas por alguns teóricos, adentrando sobre uma idealização da nova reforma do ensino médio, com isso mostrando a tentativa do governo poder instalar um sistema único de ensino, de acordo com um currículo definido e estruturado pela Base Nacional Comum Curricular(BNCC).



São trazidos pontos negativos e positivos referente a esta nova mudança proposta pela lei nº 13.415/2017. São observados que a reforma trás várias mudanças, desde da sua formação, aonde o docente deverá desempenhar o seu papel, além de que o Estado repassa uma certa "municipalização", pois a lei de numero 13.415/2017 aponta vários fatores, vemos que o novo ensino venha com muitas discrepâncias, como a ênfase nas disciplinas de Portugues e Matemática e deixando as demais como um segundo plano, desempenhando um desequilíbrio na estrutura e trazendo uma modelagem de ensino negativo para construção crítica e social dos jovens. Para que as futuras gerações de jovens possam ter uma educação de qualidade as escolas também precisam possuir um bom grau de estrutura para que para poder desempenhar as suas funções no que diz respeito ao ensino e aprendizagem dos alunos, porém as escolas não estão preparadas para aborda tais mudanças que viram a vigor, como por exemplo as estruturas que as essas instituições escolares apresentam, em que as mesma apresentam estruturas muito comprometidas, além da escassez de recursos didáticos para o desenvolvimento da aula.

Com essas perspectivas observamos que o governo quer diversificar o modelo de ensino, porém o mesmo não desenvolveu para que proporcionasse tais resultados, pois esse modelo educacional trazido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proporcionando o dualismo, fazendo com que as futuras gerações de jovens sejam meros objetos de uma sociedade voltada para as relações econômicas, com isso mostrando um grau de desigualdade.

Um dos vícios em que a reforma do ensino médio apresenta, será a questão das escolhas referentes aos itinerários formativos por parte dos jovens, aonde é uma questão muito preocupante, pois estes indivíduos estão sujeitos a grandes pressões. Seja elas: emocional, hormonais, social, econômica etc. Este modelo aponta n problemas, já que o aluno não está seguro no seu campo, na maioria dos casos esses indivíduos por serem sujeitos passivos na grande maioria das vezes não estão preparados, assim observando as realidades escolares do país.

As propostas que a medida provisória de número 746/2016 logo em seguida convertida em lei surpreendeu vários profissionais da área da educação referente a uma nova mudança no currículo e as novas configurações que as escolas deveram adota. Com isso muitos professores entraram em oposição referente a essa nova ameaça a educação nacional,



pois é preciso que entre em discussão as questões do novo modo da escolar e não colocar um modelo radicalmente de uma hora para a outra.

São analisados que a nova reforma do ensino médio possui um modelo neoliberal na qual tem como intuito a preparação dos seus jovens para o mercado de trabalho. No Brasil a partir de 1990 começa a deixar o sistema liberal e adota como sistema o neoliberalismo que é um conjunto de idéias políticas e econômicas, os capitalistas defende a não participação de Estado e a plena liberdade de comércio, além da privatização de empresas, com isso trazendo como consequência as desigualdades sócias e os poucos investimentos em políticas públicas. Com isso a reforma do ensino médio retrata ideias neoliberal, assim não trazendo o desenvolvimento para os futuras gerações Sejam elas de âmbito: econômico, social ou político.

A modelo de ensino está frequentemente passando por vários modelos de mudanças como por exemplo, a uso da água Internet no ambiente escolar para desenvolver ou criar métodos para o ensino-aprendizagem dos jovens. Adentrando no desenvolvimento da qualidade do ensino nacional, foi criado no ano de 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), aonde tem como finalidade analisar a qualidade da educação básica por meios de resultados(provas , número de aprovados nas escolas públicas), que são feitas no período de 2 anos, além de que os resultados são estipulados por metas. Ao analisarmos as metas da educação básica é visto que ensino médio estagnou nas últimas 4 avaliações feitas, comparadas em relação a educação infantil e o ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem um papel muito grande na vida dos indivíduos, porém o ensino brasileiro nos mostra uma realidade muito precária se tratando de um ensino de qualidade, aonde passa por uma serei de dificuldade desde como, o ambiente(escola) de aula em decadência, além da falta de materiais que possam auxiliar ao profissional a desempenhar as suas necessidades no momento de lecionar. A educação no geral passa por uma série deproblemas nos quais é preciso de uma reforma no ensino, porém não a reforma que está em vigor pela de número 13.415/2017.



De acordo com os pontos abordados anterior, observamos que está reforma visa ideias neoliberais, no qual o papel é desenvolver mão de obra para o mercado de trabalho, deixando de lado a construção de uma sociedade crítica e cidadã, além disso o novo ensino médio provocará uma disparidade entre as disciplinas dando ênfase nas disciplinas de português e matemática, assim fazendo com que os jovens possua o seu campo do conhecimento reduzido. Alguns autores como nosella (2015) aponta várias críticas à respeito desse novo modelo de reforma, referindo – se ao mercado de trabalho, mostrando que o ambiente escolar não é um meio para solução econômica de um país.

Um dos pontos dos quais geraram muitas polêmicas foi a questão da nova mudança do ensino referente na grade comum curricular, após a sua análise foi visto é uma ideia pensada para outra realidade e não se encaixa nos padrões atuais da educação nacional, que possui defasagem em questão de profissionais até as péssimas estruturas que as intuições escolares apresentam. A nova proposta feita pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mostra uma configuração que divide em cinco que são os itinerários formativos: Linguagens e suas tecnologias; Matemática é suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias e a formação técnica e profissional. Nesta último itinerário o governo aponta com mais ênfase em relação aos jovens, já que os líderes políticos irão utilizar a educação para propiciar o mercado, vale salientar que as modificações prevista mostram o mal planejamento e além de que aumenta as desigualdades sociais e não trará a ascensão social para os jovens de classe desfavorecidos. Com isso vemos que a reforma não visa a qualidade da água educação é nem o futuro da próximas gerações de jovens , pois a partir deles teremos a construção de uma nação sólida e a reforma que transforma essa geração de jovens em indivíduos perante uma sociedade alienada.

REFERÊNCIAS

Silva, Karen Cristina e Boutin, Aldimara Catarina. **Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma.** Educação/Santa Maria| v. 43| n. 3 |p.521-534|jul./set.2018. Disponível em: <http://de.doi/10.5902/1984644430458>. Acesso em: 10 demaio de 2019.

Nosella, Paolo. **Ensino médio unitário ou multiforme?**. Revista Brasileira de Educação, v.20, não.60, jan-mar.2015.



Cunha, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil.** *Rev. Bras. Educ.*, Ago. 2000, no.14, p.89-107. ISSN 1413-24

Como ficou a LDB após a Lei nº13.415, de 2017 Reforma do Ensino Médio PDF<https://repositorio.ufsc.br> > handl

Lei nº 13.415 – Planaltowww.planalto.gov.br > _ato2015-2018

BRASIL. Ministério de Educação é Cultura. **LDB-LEI Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Silva, Katherine Ninive e Ramos, Marise Nogueira. **O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO POR RESULTADOS.** In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 144, pois. 567-583, jul.-set, 2018.

Ferretti, C.J. **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS Á EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.** In: *Holos*, ano 34, volta. 04, fev.-mai, 2018.

Brasil, Medida Provisória nº746 de 22 de setembro de 2016.